



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS – SEGER  
INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PRODEST

CONCURSO PÚBLICO

## 011. PROVA OBJETIVA

ANALISTA ORGANIZACIONAL  
(ÁREA DE ATUAÇÃO: CIÊNCIAS JURÍDICAS)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 70 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **03**.

As tecnologias de Big Data chegaram silenciosamente, mudando a estratégia de muitos negócios. Fatos dignos de ficção científica, como lojas de departamentos capazes de identificar se suas consumidoras estão grávidas a partir do padrão de consumo e serviços de busca mapeando em tempo real o progresso de pandemias, já são notícia velha.

Empresas e instituições de vários tipos e tamanhos hoje são capazes de coletar dados a partir de várias fontes, combinando-os em sistemas de armazenamento da ordem de petabytes (mil terabytes), e analisá-los em busca de padrões. O resultado são previsões melhores, serviços mais personalizados e mensagens mais bem dirigidas, estimulando decisões mais bem informadas e mais seguras.

Da mesma forma que os grandes volumes de dados mudam a gestão de corporações, uma nuvem de pequenas informações pessoais, conectadas, começa a provocar uma mudança de costumes. São dados que registram o que uma pessoa sabe a respeito de si própria: o que fez, quem conhece, aonde foi, como dormiu, quanto pesa, como passa o tempo.

Mensuração e análise são ótimas. Sem elas é quase impossível progredir. Mas é preciso cautela em seu uso. A obsessão por elas, da mesma forma que a procura desesperada por seguidores nas mídias sociais, pode piorar uma situação, deixando seu usuário viciado nas estatísticas que deveriam libertá-lo.

QI, placentes e centímetros de bíceps são métricas observáveis e fáceis de comparar. Mas isso não quer dizer que sejam as melhores ou mesmo as certas. Um funcionário pontual nem sempre é o melhor funcionário, mais conexões não significam mais conhecimento.

Além do mais, o que é o certo? A preocupação excessiva com as métricas pessoais pode levar à padronização e à robotização de seus usuários, um efeito colateral bastante desagradável. Em situações extremas pode até criar autômatos ou estimular comportamentos doentios, como anorexia ou bulimia.

De qualquer forma, a ignorância nunca é uma bênção. Os benefícios do autoconhecimento são incomparáveis. Mas para isso é preciso um pouco de trabalho. Não basta apenas coletar os dados, deve-se também refletir sobre eles e planejar novas metas periodicamente, aprendendo a identificar padrões de comportamento nocivos e recorrentes. Nesses termos, a quantificação pessoal só deve fazer bem.

(Luli Radfaher, *Little data*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/>>. Acesso em: 20 mar 2014. Adaptado)

- 01.** É correto afirmar que o autor desse texto reconhece a importância das tecnologias de armazenamento de dados pessoais,
- (A) mas faz restrições a seu uso imponderado pelos usuários, prevendo efeitos nefastos.
  - (B) apontando-as como solução para a maior parte dos problemas pessoais de controle de peso.
  - (C) apesar de não vislumbrar aspectos positivos do uso delas nos ambientes corporativos.
  - (D) expondo limitações que há nas aplicações delas para vencer a ignorância, prejudicial aos usuários.
  - (E) contanto que os usuários, empresas ou particulares, não divulguem seus dados em redes sociais.

- 02.** As palavras destacadas na frase – A preocupação excessiva com as métricas pessoais pode levar à **padronização** e à **robotização** de seus usuários. – têm como sinônimos, respectivamente,

- (A) descentralização e maquinação.
- (B) standardização e automatização.
- (C) estatização e mecanização.
- (D) particularização e majoração.
- (E) alienação e industrialização.

- 03.** Assinale a alternativa que dá sequência à frase a seguir, de acordo com a norma-padrão:

*Registram o que as pessoas sabem...*

- (A) há cerca de si mesmo.
- (B) à cerca de si próprias.
- (C) acerca de si mesmas.
- (D) quanto à si próprias.
- (E) sobre elas mesmo.

Leia o texto, para responder às questões de números **04** a **07**.

O bonito, o sublime, o gostoso de Brasil X Espanha foi a angústia. Nós sabemos que o martírio é que dá a um jogo, seja ele um clássico ou uma pelada, um charme desesperador. Ora, a batalha com os espanhóis teve todos os matadouros emocionais. Eis uma partida que pôs em cada coração uma fluorescente coroa de espinhos. Fomos, até o primeiro gol, 75 milhões de cristos.

Começou a batalha e cada brasileiro estava abraçado, atracado a seu radiozinho de pilha. Entre nós e a peleja erguiam-se os Andes, hieráticos e tristíssimos. Havia, por aqui, um certo pavor da Espanha – velha pátria, constelada de feridas. O Brasil entrou mal, o Brasil entrou péssimo. Ou por outra: – o Brasil, no primeiro tempo, não era o Brasil, era o anti-Brasil, a negação do Brasil. O sujeito procurava o escrete e não encontrava o escrete.

A Espanha triturava a seleção de ouro, que não era mais de ouro, era de lata, era de zinco, sei lá. E só um homem, entre os brasileiros, continuava a ser o mesmo, eternamente o mesmo: – Garrincha. Sim, do primeiro ao último minuto, o Mané foi o Mané. Passou como quis pelo Gracia. Caçaram-no a patadas, como uma ratazana. Mas ele ia passando, dir-se-ia um maravilhoso ser incorpóreo, os espanhóis o massacravam e Garrincha sobrevivia ao próprio assassinato.

Fora Garrincha, ninguém mais. Os negros ornamentais, folclóricos, divinos, deixavam-se bater, miseravelmente. E todos sentimos que a ausência de Pelé estava cravada no coração do Brasil. Faltava Pelé e o escrete murchava como um balão japonês apagado. Amigos, durante os 45 minutos o fracasso do Brasil doeu mais, aqui, do que a humilhação de Canudos. Cada um de nós sentiu-se direta e pessoalmente degradado.

(Nelson Rodrigues, O “Possesso” é nosso.  
*A pátria em chuteiras*: novas crônicas de futebol.)

04. É correto afirmar que a descrição do jogo de futebol feita pelo autor

- (A) prima pela objetividade, já que a intenção é criar um retrato fiel da partida para o leitor.
- (B) tem caráter noticioso, fornecendo ao leitor imagens realistas, afastando o emprego de palavras em sentido figurado.
- (C) privilegia a informação, com predomínio de termos usados em seu sentido próprio, para captar a realidade.
- (D) é marcada pela subjetividade, com várias passagens em que as palavras são empregadas em sentido figurado.
- (E) dá ênfase à linguagem poética, como forma de garantir que as palavras sejam entendidas em seu sentido próprio.

05. A frase em que o autor expressa a coexistência de sentimentos conflitantes é:

- (A) Fomos, até o primeiro gol, 75 milhões de cristos.
- (B) O bonito, o sublime, o gostoso de Brasil X Espanha foi a angústia.
- (C) Entre nós e a peleja erguiam-se os Andes, hieráticos e tristíssimos.
- (D) O Brasil entrou mal, o Brasil entrou péssimo.
- (E) Faltava Pelé e o escrete murchava como um balão japônês apagado.

06. Assinale a alternativa em que a colocação do pronome destacado, na frase reescrita, está de acordo com a norma-padrão.

- (A) ... os espanhóis massacravam-**no** e Garrincha sobrevivia ao próprio assassinato.
- (B) Entre nós e a peleja ainda não erguiam-**se** os Andes.
- (C) **O** caçaram a patadas, como uma ratazana.
- (D) Mas ele ia passando, diria-**se** um maravilhoso ser incorpóreo.
- (E) Ninguém sentiu-**se** direta e pessoalmente degradado.

07. Assinale a alternativa em que a frase do texto, reescrita, apresenta concordância verbal de acordo com a norma-padrão.

- (A) Existia, entre nós, naquele momento, muitas pessoas nutrindo pavor da Espanha.
- (B) Os jogadores da Espanha já estava triturando a seleção de ouro.
- (C) Cada um deles se sentiram, até o primeiro gol, entre os 75 milhões de cristos.
- (D) Faziam horas que o sujeito procurava o escrete e não encontrava o escrete.
- (E) Notavam-se já os efeitos da ausência de Pelé, pois o escrete murchava.

Leia a tira, para responder às questões de números 08 a 10.



(Publicação da revista *Mad*, baseada em Calvin e Haroldo; roteiro de Jacob Lambert e arte de Gary Hallgren.

Em: <http://depositodocalvin.blogspot.com.br/2008/10/calvin-e-jobs.html>)

08. É correto afirmar que a fala de Jobs

- (A) não considera a importância que tem o *marketing* para a aceitação dos produtos da empresa, graças à aparência pouco cuidada do empresário.
- (B) revela ideias conflitantes, pois expõe a aparência pessoal de um homem pobre e mal cuidado mas que tem uma inteligência excepcional.
- (C) atribui sua aparência pessoal estritamente a escolhas pessoais, excluindo a existência de ingerências externas na definição de seu estilo.
- (D) explicita que estratégias mercadológicas somam-se a suas preferências pessoais para compor a imagem reconhecida pelo público.
- (E) expõe um protesto contra o uso de roupas de grife, reafirmando sua confiança em que a aparência não muda o homem comum.

09. Assinale a alternativa que reescreve a frase – Eu gosto da aparência dela. Boas roupas não me interessam. – de acordo com a norma-padrão de regência e de emprego do pronome relativo.
- (A) Eu prefiro roupas simples a roupas caras, com as quais não me importo.
  - (B) Eu prefiro roupas simples do que roupas caras, de que não me importo.
  - (C) Eu tenho preferência por roupas simples em vez de roupas caras, cujas não me importam.
  - (D) Eu prefiro mais roupas simples do que roupas caras, das quais não me dizem respeito.
  - (E) Eu dou preferência para roupas simples mais do que roupas caras, das quais não me dizem respeito.
10. Na frase do terceiro quadrinho – Entenda, **apesar** do meu sucesso, eu continuo sendo um cara normal. – o termo destacado introduz informação com sentido de
- (A) causa.
  - (B) conclusão.
  - (C) condição.
  - (D) alternância.
  - (E) concessão.

### RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Num certo dia, quando o elevador de um edifício comercial estava no andar térreo, ele foi chamado ao 8.º andar. Em seguida, ele foi chamado, nesta ordem, ao 3.º, ao 11.º, ao 6.º andar, e assim sucessivamente, subindo oito andares e, depois, descendo 5 andares, até chegar ao último andar. Se, nesse sobe e desce, o elevador subiu um total de 112 andares, pode-se concluir, corretamente, que o total de andares desse edifício é
- (A) 38.
  - (B) 41.
  - (C) 44.
  - (D) 47.
  - (E) 50.
12. Se é quarta-feira, treino tênis por duas horas exatamente. Se treino tênis por duas horas exatamente, então lancho no clube. Após treinar tênis, ou jogo bola ou lancho no clube. Após o último treino de tênis, joguei bola, o que permite concluir que
- (A) era fim de semana.
  - (B) não era quarta-feira.
  - (C) lanchei no clube.
  - (D) treinei por menos de duas horas.
  - (E) treinei tênis por duas horas exatamente.

13. Uma pesquisa sobre o acesso à informação, feita com 999 pessoas de uma cidade, identificou que 700 usavam rádio, 400, jornal e 250, internet. Entre as pessoas que usavam duas dessas três fontes de acesso, foi identificado que o número delas era igual nas três combinações possíveis. Sabendo-se que 50 dessas pessoas não utilizam nenhum dos meios citados, e que 70 pessoas dessa pesquisa usam os três meios, o número dessas pessoas que acessam informação pelo rádio, mas não a acessam nem pela internet e nem pelo jornal, é igual a

- (A) 456.
- (B) 460.
- (C) 474.
- (D) 488.
- (E) 492.

14. Na cidade de Godelia, cada habitante ou é torpe e sempre fala mentiras, ou é probo e sempre fala a verdade, e seus habitantes conhecem a natureza, torpe ou probo, e a profissão de cada outro habitante. Um turista, visitando a cidade, encontrou três casais discutindo, e foi informado, corretamente, que um casal era formado por torpes, outro casal por probos e o terceiro casal tinha um torpe e um probo.

Os casais fizeram as seguintes afirmações:

Senhor Gyzt: Eu não sou o matemático.

Senhora Gyzt: O senhor Zygt é o matemático.

Senhor Tygz: Eu não sou o matemático.

Senhora Tygz: O senhor Gyzt é o matemático.

Senhor Zygt: O senhor Gyzt é probo.

Senhora Zygt: O senhor Tygz é o matemático.

Sabendo-se que, dos três maridos, apenas um é o matemático, seu nome e sua natureza são, respectivamente,

- (A) Senhor Gyzt, torpe.
- (B) Senhor Gyzt, probo.
- (C) Senhor Zygt, probo.
- (D) Senhor Tygz, probo.
- (E) Senhor Tygz, torpe.

15. Afixados nas portas de cinco salas, numeradas de 1 a 5, estão cinco cartazes, um em cada porta, cada um com uma frase que pode ser verdadeira ou falsa. Se o cartaz contiver uma frase verdadeira, o cartaz será chamado de verdadeiro; caso contrário, o cartaz será chamado falso. Em apenas uma sala existe um prêmio e, para ganhá-lo, é preciso determinar, sem abrir a porta, em qual sala ele está, utilizando apenas as informações contidas em cada cartaz.

Porta 1: O prêmio não está na sala 2.

Porta 2: O prêmio não está nesta sala.

Porta 3: O prêmio não está na sala 1.

Porta 4: Pelo menos um dos cinco cartazes é falso.

Porta 5: O cartaz desta porta é falso ou o cartaz da porta da sala em que está o prêmio é verdadeiro.

De acordo com as frases nos cartazes, o prêmio está na sala de número

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

**R A S C U N H O**

16. Os parâmetros a seguir são encontrados em qual item do Painel de Controle do MS-Windows 7, na sua configuração padrão?

- Ocultar as extensões dos tipos de arquivo conhecidos
- Ocultar unidades vazias na pasta Computador

- (A) Programas Padrão.
- (B) Programas e Recursos.
- (C) Sistema.
- (D) Ferramentas Administrativas.
- (E) Opções de Pasta.

17. Assinale a alternativa que completa, corretamente, a lacuna do texto.

No MS-Word 2010, em sua configuração original, para imprimir todas as cópias da primeira página e, em seguida, imprimir todas as cópias das páginas subsequentes, é necessário escolher \_\_\_\_\_ após clicar na guia Arquivo e em Imprimir.

- (A) Arrumado
- (B) Desarrumado
- (C) Desagrupado
- (D) Imprimir nos Dois Lados
- (E) Imprimir Intervalo Personalizado

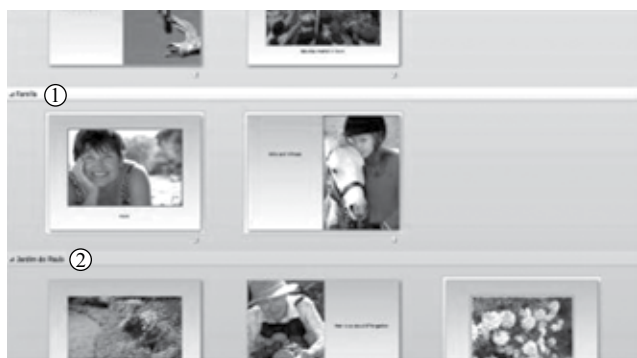
18. Observe a planilha do MS-Excel 2010, em sua configuração original, apresentada na figura.

	A	B	C	D	E	F
1	<b>Produto</b>	<b>Qtde (kg)</b>	<b>Valor</b>	<b>Imposto</b>		
2	Chocolate	5	R\$ 90,00			
3	Balas de Gelatina	1	R\$ 50,00			
4	Bolinhos de Chuva	1,5	R\$ 75,00			
5	Broas	0,5	R\$ 40,00			
6	Torta de Limão	2	R\$ 60,00			
7	Biscoitos	0,3	R\$ 30,00			
8						

Considerando a fórmula da célula D3, assinale a alternativa que contém o percentual que será utilizado para calcular o valor do Imposto das Balas de Gelatina.

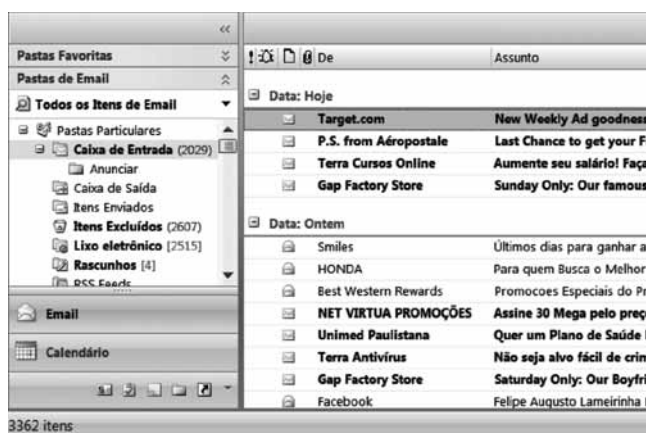
- (A) 0,2%.
- (B) 0,4%.
- (C) 4%.
- (D) 20%.
- (E) 40%.

19. Considere os slides do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração original.



Os números 1 e 2 indicam o início de uma seção, novo recurso da versão 2010 do software. A apresentação, na qual esses slides estão contidos, encontra-se no modo de exibição

- (A) Normal.  
 (B) Classificação de Slides.  
 (C) Anotações.  
 (D) Leitura.  
 (E) Mestre.
20. Considere a janela do MS-Outlook 2010, em sua configuração original, parcialmente apresentada na figura.



Assinale a alternativa que contém a quantidade de mensagens lidas da Caixa de Entrada e o remetente de uma mensagem não lida, respectivamente.

- (A) 2029; Gap Factory Store.  
 (B) 2029; HONDA.  
 (C) 1333; Smiles.  
 (D) 1333; Target.com.  
 (E) 3362; Best Western Rewards.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

21. Segundo a Constituição Federal, a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo
- (A) para prestar socorro no caso de desastre, ou durante o dia ou à noite, para cumprimento de ordem judicial.  
 (B) em caso de flagrante delito, para prestar socorro durante o dia, ou à noite por determinação judicial.  
 (C) por autorização judicial, ou por ordem do Promotor de Justiça, durante o dia ou à noite.  
 (D) para cumprimento de ordem judicial, policial ou do Promotor de Justiça e para prestar socorro, durante o dia ou à noite.  
 (E) em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
22. Analise as seguintes assertivas, baseadas no texto constitucional:
- I. sofrer lesão ou ameaça de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;  
 II. falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;  
 III. anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- Assinale a alternativa que contempla, correta e respectivamente, os remédios jurídico-constitucionais relacionados às assertivas I, II e III mencionadas.
- (A) *Habeas corpus*, mandado de injunção e ação civil pública.  
 (B) *Habeas corpus*, mandado de injunção e ação popular.  
 (C) Mandado de segurança, mandado de injunção e mandado popular.  
 (D) *Habeas corpus*, *Habeas data* e ação popular.  
 (E) Ação popular, *Habeas data* e ação civil pública.

- 23.** A Constituição Federal estipula que é livre a associação profissional ou sindical, observada, entre outras regras, a seguinte:
- (A) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato.
  - (B) é permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional, na mesma base territorial.
  - (C) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, limitado a questões administrativas extrajudiciais.
  - (D) a diretoria do sindicato fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha.
  - (E) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical.
- 24.** Nos termos do que estabelece a Constituição Federal, no âmbito da legislação concorrente,
- (A) a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas suplementares.
  - (B) a competência da União para legislar sobre normas suplementares exclui a competência geral dos Estados.
  - (C) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
  - (D) a competência dos Estados terá prevalência sobre a competência da União.
  - (E) a superveniência de lei federal sobre normas gerais não suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- 25.** A Carta Magna brasileira estabelece que são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Todavia, extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável
- (A) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
  - (B) perderá automaticamente o cargo, mas deverá receber indenização proporcional ao tempo de serviço público.
  - (C) deverá ser promovido para cargo imediatamente superior na mesma repartição onde exerce suas funções.
  - (D) será aposentado com proventos proporcionais ao tempo de serviço e em nível imediatamente superior ao cargo que ocupava.
  - (E) ficará em disponibilidade, com remuneração, até atingir o tempo necessário para atingir a aposentadoria proporcional.
- 26.** A Constituição Federal estabelece, expressamente, que não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir, entre outras matérias,
- (A) o voto direto, secreto, universal e periódico e direitos dos servidores públicos.
  - (B) as normas programáticas e os direitos e garantias individuais.
  - (C) a forma federativa de Estado e as medidas provisórias.
  - (D) a separação dos Poderes e os direitos econômicos.
  - (E) a separação dos Poderes e a forma federativa de Estado.
- 27.** No tocante às normas constitucionais pertinentes ao Poder Judiciário, é correto afirmar que os servidores receberão delegação para a prática de
- (A) atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório.
  - (B) atos administrativos e judiciais de mero expediente e decisões interlocutórias.
  - (C) atos decisórios de pequena repercussão.
  - (D) atos meramente administrativos e sentenças de primeira instância.
  - (E) atos judiciais de qualquer espécie desde que devidamente autorizados pelo juiz competente.
- 28.** A representação judicial e a consultoria jurídica das unidades federadas é uma competência constitucional
- (A) do Ministério Público.
  - (B) da Defensoria Pública.
  - (C) das Procuradorias estaduais e distrital.
  - (D) dos Juízes estaduais e distritais.
  - (E) dos Delegados de Polícia.



**29.** É nulo o negócio jurídico quando

- (A) a coação viciar a declaração de vontade.
- (B) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.
- (C) alguém, por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação.
- (D) restar provado que uma das partes agiu sob premente necessidade.
- (E) houver erro substancial em relação à natureza do negócio.

**30.** O Código Civil prevê a aplicação da teoria da imprevisão ao prever, em seu art. 478, que a onerosidade excessiva permite a resolução do contrato, desde que presentes os seguintes requisitos:

- (A) acontecimento extraordinário, imprevisto e imprevisível para o homem médio, onerando excessivamente uma das partes.
- (B) acontecimento ordinário, imprevisto, oneroso para uma das partes e vantajoso para a outra parte.
- (C) acontecimento extraordinário, imprevisível, decorrente de manifestação de vontade de uma das partes, excessivamente oneroso para a outra parte.
- (D) acontecimento ordinário, imprevisível e imprevisto, onerando em 10% (dez por cento) o valor do contrato, com ou sem vantagem para a outra parte.
- (E) acontecimento extraordinário, imprevisível, excessivamente oneroso para uma das partes, com extrema vantagem para a outra parte.

**31.** O ato jurídico em sentido estrito é uma manifestação da vontade, ou mera intenção ou comportamento, cujo efeito está previsto na lei e não pode ser alterado pelo agente. É exemplo de ato jurídico em sentido estrito

- (A) a procuração.
- (B) a confissão de dívida.
- (C) o reconhecimento de paternidade.
- (D) a rescisão de um contrato.
- (E) o testamento.

**32.** Se um motorista atira o seu veículo contra um muro, derrubando-o, para não atropelar uma criança que, inesperadamente, surgiu-lhe à frente, pratica

- (A) ato lícito, que não o exonera do dever de indenizar pelo dano causado, cabendo, contudo, direito em regresso contra o causador do perigo.
- (B) ato ilícito, que não gera dever de indenizar pelo dano causado, arcando o proprietário com o conserto do muro.
- (C) ato lícito, que não gera dever de indenizar, apesar da destruição da coisa alheia, em razão da legítima defesa de terceiro, no caso, a criança.
- (D) ato ilícito, que gera dever de indenizar o dano causado pela destruição da coisa alheia, decorrente de responsabilidade objetiva.
- (E) ato lícito, que não gera dever de indenizar para o motorista, porque este não deve responder pelo perigo que não causou.

**33.** Prescreve, em dois anos, a pretensão

- (A) do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele.
- (B) de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
- (C) relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.
- (D) para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- (E) do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.

**34.** Sobre o objeto do pagamento das obrigações, é correto afirmar que

- (A) não é lícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas, em obrigações de trato continuado.
- (B) se o objeto da prestação for divisível, o credor poderá obrigar o devedor a pagar, por partes, ainda que avençado o pagamento único e integral.
- (C) o devedor não é obrigado a qualquer encargo para pagar, estando a cargo do credor todas as despesas do cumprimento.
- (D) o credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa.
- (E) não é admitida a dação em pagamento, assim, mesmo com o consentimento do credor, o devedor não pode dar coisa distinta da que constitui o conteúdo da prestação.

35. Assinale a alternativa correta sobre responsabilidade civil.
- (A) Ainda que não haja culpa de sua parte, os pais respondem pelos atos dos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
  - (B) O incapaz não responde pelos prejuízos que causar, ainda que as pessoas por ele responsáveis não dispuserem de meios suficientes para fazê-lo.
  - (C) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.
  - (D) O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei o permita, pagará o décuplo das custas.
  - (E) A indenização do empregador ou comitente, por atos de seus empregados, serviçais e prepostos, deverá ser sempre equitativa.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

36. A modificação da competência, com a reunião de processos por força da conexão,
- (A) não pode ser determinada de ofício pelo juiz, devendo ser arguida pelo réu por exceção de incompetência.
  - (B) não pode ser determinada de ofício pelo juiz, devendo ser arguida pelo réu na contestação, como questão preliminar.
  - (C) depende da coincidência de partes, pedido e causa de pedir entre os processos propostos separadamente.
  - (D) ocorre quando duas ou mais ações possuem identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma é mais amplo, abrangendo o das outras.
  - (E) pode ser determinada de ofício, mas só ocorre quando se trata de competência relativa.
37. A suspensão do processo, quando se der em razão da morte de uma das partes, ocorrida na fase postulatória do processo:
- (A) somente se inicia a partir de decisão judicial de suspensão, dotada de efeito *ex nunc*.
  - (B) é automática e se inicia no momento do óbito, sendo conferida à decisão de suspensão efeito *ex tunc*.
  - (C) é automática e se inicia no momento em que informado o óbito nos autos do processo, sendo conferida à decisão de suspensão efeito *ex tunc*.
  - (D) somente ocorre se a parte que morreu não possuía advogado constituído nos autos.
  - (E) é automática e se inicia quando da informação de abertura do respectivo processo de inventário, por decisão, com efeito *ex nunc*.

38. Ocorre extinção do processo sem resolução do mérito quando
- (A) ocorrer confusão entre autor e réu.
  - (B) o réu reconhecer a procedência do pedido.
  - (C) as partes transigirem.
  - (D) o juiz pronunciar a prescrição ou a decadência.
  - (E) o autor renunciar ao direito em que se funda a ação.
39. Quando omisso o pedido do autor, configura sentença *extra petita* aquela que condena o réu ao pagamento de
- (A) prestações periódicas ainda não vencidas.
  - (B) juros sobre capital próprio.
  - (C) juros legais moratórios.
  - (D) honorários advocatícios de sucumbência.
  - (E) despesas processuais.
40. Assinale a alternativa correta a respeito do processo de execução.
- (A) A propositura de ação declaratória de inexigibilidade do débito constante do título executivo inibe o credor de promover-lhe a execução.
  - (B) Os títulos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro dependem de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça para serem executados.
  - (C) A sucessão processual do cedente pelo cessionário do crédito executado prescinde da anuência da parte contrária.
  - (D) O crédito de perito judicial, relativo a honorários aprovados por decisão judicial, é título executivo judicial.
  - (E) Não se admite a cumulação de várias execuções contra o mesmo devedor quando fundadas em títulos diferentes.
41. A regra de que todas as questões passíveis de conhecimento de ofício podem e devem ser apreciadas igualmente de ofício em grau recursal, descreve o conteúdo do efeito recursal denominado
- (A) Obstativo.
  - (B) Diferido.
  - (C) Regressivo.
  - (D) Translativo.
  - (E) Substitutivo.

42. Considerando-se o entendimento sumulado e orientações jurisprudenciais do TST sobre o repouso intrajornada e interjornada, é correto afirmar que:
- (A) após a edição da Lei n.º 8.923/1994, a não concessão total ou parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, implica o pagamento do tempo faltante ao período correspondente, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (art. 71 da CLT), sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração.
  - (B) os intervalos concedidos pelo empregador na jornada de trabalho, não previstos em lei, representam tempo à disposição da empresa, devendo ser remunerados como hora normal de trabalho, se acrescidos ao final da jornada contratual.
  - (C) o desrespeito ao intervalo interjornada previsto no artigo 66 da CLT, diferentemente do previsto no § 4.º do art. 71 do mesmo diploma legal, caracteriza mera infração administrativa, pois não há previsão legal ou jurisprudencial para pagamento das horas em favor do empregado.
  - (D) tratando-se de indenização pela supressão do período mínimo de intervalo, o valor devido pela infração ao § 4.º do art. 71 da CLT não possui natureza salarial, não repercutindo no cálculo de outras parcelas.
  - (E) é inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública, infensa à negociação coletiva.
43. Considerando-se a distinção celetista entre salário e remuneração, bem como as parcelas integrantes destes, assinale a alternativa correta.
- (A) Segundo a CLT, integram o salário do empregado as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador, bem como a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações *in natura* que a empresa fornecer habitualmente ao empregado, por força do contrato ou do costume.
  - (B) O transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso não servido por transporte público, integra o salário do empregado para todos os fins, assim como a contratação de seguros de vida e de acidentes pessoais.
  - (C) A ajuda de custo somente integra o salário do empregado no percentual que exceder a 50% do seu salário.
  - (D) A assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde, integram a remuneração do empregado, bem como a educação em estabelecimento de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático.
  - (E) Os adicionais de insalubridade e periculosidade habitualmente pagos integram o salário do empregado para todos os fins, exceto para cálculo de outros adicionais.
44. Com relação às modalidades de rescisão do contrato de trabalho, verbas devidas e prazo de pagamento das verbas rescisórias, assinale a afirmativa correta em consonância com a lei e entendimento do TST.
- (A) A CLT prevê dois prazos distintos para o pagamento das verbas rescisórias: até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato, quando a dispensa ocorrer por justa causa ou término do contrato por prazo determinado e até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando o aviso prévio for indenizado ou houver dispensa de seu cumprimento.
  - (B) Havendo nos contratos por prazo determinado, cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado, o empregado não se poderá desligar do contrato, sem justa causa, sob pena de ser obrigado a indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem, limitada a indenização àquela a que teria direito o empregado em idênticas condições.
  - (C) A Lei n.º 12.506/11 acresceu ao aviso prévio, previsto no artigo 487 da CLT, 3 dias por ano de serviços ou fração superior a 6 meses, prestado na mesma empresa, até o máximo de 90 dias.
  - (D) Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal do trabalho reduzirá a indenização à que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, por metade.
  - (E) A ocorrência de qualquer motivo ensejador da justa causa no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado o direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.
45. Analise as assertivas a seguir formuladas e assinale a correta, considerando-se os dispositivos constitucionais, celetistas e entendimento sumulado do TST no que tange à estabilidade e garantia de emprego.
- (A) Não há direito da empregada gestante à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência, visto que a extinção da relação de emprego, em face do término do prazo, não constitui dispensa arbitrária ou sem justa causa.
  - (B) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei, sendo indispensável a comunicação, pela entidade sindical, ao empregador, na forma do § 5.º do art. 543 da CLT.
  - (C) O servidor público celetista da Administração direta, autárquica ou fundacional e de empresa pública é beneficiário da estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.
  - (D) Na extinção do estabelecimento, sendo impossível a reintegração do Cipeiro dispensado, é devida a indenização correspondente ao período da estabilidade, não havendo julgamento *extra petita* da decisão que deferir salário quando o pedido for de reintegração.
  - (E) Servidores regidos pela CLT em fundação instituída por lei e que recebe dotação ou subvenção do Poder Público para realizar atividades de interesse do Estado não se beneficiam da estabilidade prevista no art. 19 da ADCT.

46. No tocante à duração do trabalho do empregado, está correta a seguinte assertiva:
- (A) O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso e não servido por transporte público, o empregador fornecer gratuitamente a condução.
  - (B) O empregado horista submetido a turno ininterrupto de revezamento faz jus ao pagamento das horas extraordinárias laboradas além da 6.<sup>a</sup>, bem como ao respectivo adicional, mesmo que haja instrumento coletivo fixando jornada diversa.
  - (C) O TST reconhece a validade do sistema de compensação de horário, adotado por acordo ou convenção coletiva de trabalho, quando a jornada é denominada “semana espanhola”, que alterna a prestação de 48 horas em uma semana e 40 horas em outra.
  - (D) Para a caracterização do trabalho em turnos ininterruptos de revezamento, necessário que haja alternância nas três jornadas praticadas de forma ininterrupta pelo empregador, não fixando a lei, se de forma semanal ou quinzenal.
  - (E) Nos termos do artigo 4.º da CLT, considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, não se computando neste, porém, o tempo necessário ao deslocamento do trabalhador entre a portaria da empresa e o local de trabalho, independentemente do tempo gasto.

#### **DIREITO PROCESUAL DO TRABALHO**

47. Sobre a audiência no processo do trabalho, considerando-se a expressa previsão legal, está correta:
- (A) o empregador poderá fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto empregado que tenha conhecimento dos fatos, e cujas declarações obrigarão o proponente.
  - (B) se o empregado não puder comparecer pessoalmente na audiência, poderá fazer-se representar por pessoa da família ou outro empregado que pertença à mesma profissão.
  - (C) após colhidos os interrogatórios das partes, estas poderão se retirar da audiência, prosseguindo a instrução com o seu representante.
  - (D) há previsão para a tentativa de conciliação em dois momentos da audiência, mas somente a primeira é obrigatória, sob pena de nulidade.
  - (E) as razões finais poderão ser apresentadas pelas partes após o término da instrução processual, em 10 minutos para cada, ou, a critério do Juízo, no prazo de 48 horas, em cartório.

48. Execução no processo do trabalho. Nos termos do entendimento sumulado do TST e, conforme regramento celetista, assinale a assertiva correta.
- (A) A admissibilidade do recurso de revista interposto de acórdão proferido em agravo de petição, na liquidação de sentença ou em processo incidente na execução depende de demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal, Lei Federal ou súmula de jurisprudência do TST.
  - (B) Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina, em execução definitiva, penhora em dinheiro do executado para garantir crédito exequendo, uma vez que obedece à gradação prevista no art. 655 do CPC.
  - (C) Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á previamente a sua liquidação por cálculos por perito contábil nomeando pelo Juízo da execução.
  - (D) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado o prazo de 8 dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo, de forma sucessiva, ao exequente para a impugnação.
  - (E) A matéria de defesa dos embargos à penhora será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.
49. Com relação aos recursos no processo do trabalho, é correto afirmar que
- (A) caberá agravo de instrumento no prazo de 8 dias das decisões do Juiz ou Presidente, nas execuções.
  - (B) nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por violação direta da Constituição Federal.
  - (C) o recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de 8 dias, nas hipóteses de interposição de Recurso Ordinário e de Recurso de Revista, sendo necessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
  - (D) da decisão de Turma que não conhece de agravo de instrumento ou de agravo pela ausência de pressupostos extrínsecos, não cabem embargos para a Seção de Dissídios Individuais do TST.
  - (E) caberá Recurso de Revista para Turma do TST das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando proferidas com violação literal de disposição federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.

50. Considerando-se as disposições celetistas com relação à prova no processo do trabalho para os procedimentos ordinário e sumaríssimo, esta correta a afirmativa:
- (A) as testemunhas deverão comparecer à audiência, independentemente de notificação ou intimação. As que não comparecerem serão intimadas a requerimento da parte que deverá fornecer o correto endereço da mesma, no prazo fixado pelo Juízo, sob pena de preclusão da prova.
- (B) cada parte poderá indicar até 3 (três) testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito para apuração de falta grave, quando esse número poderá ser elevado para 6 (seis).
- (C) a própria parte poderá declarar a autenticidade dos documentos oferecidos em cópia, mas sendo esta impugnada, será intimada para apresentar os originais, cabendo ao serventário competente proceder à conferência e certificar a conformidade entre esses documentos.
- (D) no procedimento sumaríssimo somente será deferida intimação da testemunha que não compareceu à audiência, se a parte comprovar que esta foi devidamente convidada.
- (E) cabe à parte que trazer testemunha que não saiba falar a língua nacional ou surdo-mudo, fazer-se acompanhar por intérprete/tradutor juramentado.
51. Em consonância com o entendimento sumulado e orientações jurisprudenciais do TST sobre a interposição de recursos no processo do trabalho, assinale a assertiva correta.
- (A) Havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, mesmo que a empresa que efetuou esteja discutindo sua exclusão da lide.
- (B) Quando não juntada a ata ao processo em 48 horas, contadas da audiência de julgamento, o prazo para recurso será contado da data em que a parte receber a intimação da sentença.
- (C) O recolhimento do valor da multa imposta por litigância de má-fé, nos termos do art. 18 do CPC, é pressuposto objetivo para interposição dos recursos de natureza trabalhista.
- (D) Não é extemporâneo recurso interposto antes de publicado o acórdão impugnado.
- (E) Não ocorre deserção do recurso pelo recolhimento insuficiente das custas e do depósito recursal se a diferença em relação ao *quantum* devido for ínfima, referente a centavos.
52. Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia, a licitação é
- (A) exigível.
- (B) necessária.
- (C) inexigível.
- (D) indispensável.
- (E) dispensável.
53. No que diz respeito à possibilidade de alteração unilateral do contrato administrativo, assinale a alternativa correta.
- (A) É inerente à Administração Pública, podendo ser exercido desde que cláusula expressa o consigne.
- (B) A alteração somente pode atingir as denominadas cláusulas regulamentares, isto é, aquelas que dispõem sobre o objeto do contrato e o modo de sua execução.
- (C) Autoriza a inobservar as regras básicas estabelecidas, máxime quando a concessão não visa à prestação de serviço público.
- (D) Este é um poder que decorre de cláusula exorbitante, cujas mudanças podem ser substanciais, a ponto de modificar o direito do contratado.
- (E) A possibilidade de promover alteração contratual aparece somente quando houver necessidade de adequação quantitativa do objeto licitado.
54. Nele se traduz a ideia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimetosas. Nesse caso, trata-se do princípio da
- (A) Finalidade.
- (B) Legalidade.
- (C) Impessoalidade.
- (D) Moralidade.
- (E) Eficiência.
55. No caso de prática de improbidade administrativa, quando o ato causar lesão ao patrimônio público, quanto à reparação do dano, no caso de falecimento daquele que tiver, desta forma, enriquecido ilicitamente, assinale a alternativa correta.
- (A) Põe fim à pretensão reparatória, por ser uma obrigação personalíssima.
- (B) Põe fim à pretensão reparatória, pois a reparação é forma de sanção administrativa.
- (C) Serão confiscados seus bens, no limite necessário para ressarcir o erário público.
- (D) Seu sucessor responderá, por estar sujeito às cominações legais, até o limite do valor da herança.
- (E) Seu sucessor responderá na existência de ação de reparação de danos proposta antes do falecimento.

56. Para os servidores públicos do Estado do Espírito Santo, o prazo para o servidor entrar em exercício, contado da data da posse, quando esta for exigida, ou da publicação do ato, nos demais casos, é de
- (A) 5 dias.  
 (B) 10 dias.  
 (C) 15 dias.  
 (D) 20 dias.  
 (E) 30 dias.
57. A Administração Pública
- (A) pode revogar seus atos, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.  
 (B) não pode declarar nulo seus próprios atos, pela prevalência do princípio constitucional da separação de poderes.  
 (C) não pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, pois depende de apreciação judicial.  
 (D) pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, pois deles não se originam direitos.  
 (E) não pode rever seus atos independentemente de provocação em razão de lesão ou ameaça de lesão a direito de terceiro.
58. No que diz respeito às sociedades de economia mista, assinale a alternativa correta.
- (A) Admite-se a restrição imposta pelo ente estatal que mantém seu controle a que outros entes federativos adquiram participação minoritária.  
 (B) É uma sociedade cujo regime jurídico é integralmente aquele de uma sociedade anônima comum.  
 (C) Seu único objeto social é a exploração de atividade econômica para obtenção de lucro.  
 (D) A participação de capital público implica estender as prerrogativas de direito público a elas.  
 (E) É incompatível com a noção de sociedade de economia mista que haja controle conjunto com seus sujeitos privados.
59. Assinale a alternativa correta.
- (A) É possível reconhecer a coisa julgada material no âmbito do procedimento administrativo.  
 (B) A procedimentalização da atividade administrativa alcança não apenas a produção de atos administrativos, mas também o seu desfazimento.  
 (C) Uma vez encerrado o procedimento administrativo, as questões nele decididas não se sujeitam a revisão judicial.  
 (D) Não é nula motivação de decisão no procedimento administrativo fundamentada apenas na alegação genérica de interesse público.  
 (E) No procedimento administrativo é válida decisão discricionária não fundamentada no princípio da proporcionalidade.
60. O conceito de tributo guarda correspondência com a noção de
- (A) penalidade.  
 (B) atividade pública discricionária.  
 (C) cobrança mediante atividade administrativa plenamente vinculada.  
 (D) prestação facultativa.  
 (E) instituição por decreto autônomo.
61. A limitação constitucional que veda a instituição ou o aumento de determinado tributo que, por consequência, cause grave desequilíbrio ao patrimônio do contribuinte, impõe o princípio da
- (A) uniformidade jurídica da tributação.  
 (B) seletividade.  
 (C) isonomia tributária.  
 (D) vedação ao confisco.  
 (E) progressividade arbitrária.
62. Assinale a alternativa correta no que respeita às fontes do direito tributário.
- (A) Somente a lei, como resultado do exercício do Poder Legislativo, pode estabelecer a definição do fato gerador da obrigação acessória.  
 (B) Somente a lei pode estabelecer a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo de um tributo, por constituir majoração do tributo.  
 (C) Os tratados e as convenções internacionais não revogam e nem modificam a legislação interna.  
 (D) O conteúdo e o alcance dos decretos restringem-se aos das leis em função das quais sejam expedidos, determinados com observância das regras de interpretação estabelecidas no Código Tributário Nacional.  
 (E) Cabe à lei ordinária federal dispor sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
63. De acordo com as disposições do Código Tributário Nacional, no caso de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, responderá solidariamente com este nos atos que intervier ou pela omissão de que for responsável
- (A) o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio.  
 (B) o adquirente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos.  
 (C) o remitente, pelos tributos relativos aos bens remidos.  
 (D) o sucessor a qualquer título, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da partilha, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão.  
 (E) o espólio, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da abertura da sucessão.

64. Acerca da competência, determina a Constituição Federal que para o custeio dos serviços de iluminação pública, os Municípios e o Distrito Federal, na forma das respectivas leis, poderão instituir
- (A) tarifa diferenciada.
  - (B) contribuição.
  - (C) taxa de iluminação pública.
  - (D) imposto.
  - (E) preço público.
65. Nos termos do Código Tributário Nacional, a dívida regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída. Referida presunção é
- (A) inequívoca.
  - (B) relativa.
  - (C) absoluta.
  - (D) *jure et de jure* por não admitir prova em contrário.
  - (E) *juris tantum* por não admitir prova em contrário.
66. É correto afirmar que no procedimento disciplinado pela lei que rege a execução fiscal
- (A) inexistente previsão expressa acerca da prescrição intercorrente.
  - (B) a ação se destina exclusivamente à cobrança da dívida ativa de natureza tributária.
  - (C) há previsão expressa acerca da medida conhecida como exceção de pré-executividade, quando a defesa estiver adstrita à matéria de ordem pública.
  - (D) o prazo para oferecimento de embargos do devedor é de 15 dias mediante segurança do juízo.
  - (E) excepcionalmente a penhora poderá recair sobre plantações.
67. Assinale a alternativa em que estão presentes apenas causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- (A) Impetração de mandado de segurança; moratória; pagamento parcelado.
  - (B) Concessão de tutela antecipada em ação anulatória de débito fiscal; reclamações e recursos nos termos do procedimento administrativo fiscal; parcelamento.
  - (C) Compensação; depósito do montante integral do crédito; moratória.
  - (D) Parcelamento; moratória; conversão do depósito em renda.
  - (E) Consignação em pagamento; parcelamento; impetração de mandado de segurança.
68. “Os servidores públicos devem agir conscientemente e em conformidade com os princípios e valores estabelecidos no Código de Ética dos Servidores do Estado do Espírito Santo e na legislação aplicável, sempre defendendo o bem comum.” Este é um princípio fundamental denominado
- (A) imparcialidade.
  - (B) transparência.
  - (C) integridade.
  - (D) honestidade.
  - (E) respeito.
69. Na hipótese de o servidor testemunhar uma conduta irregular de seu superior hierárquico que atente contra o Código de Ética dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo, é correto afirmar que o servidor
- (A) deve adverti-lo verbal e pessoalmente, aconselhando-o a não mais praticar condutas desse tipo.
  - (B) nada poderá fazer, uma vez que não tem competência nem poder para tomar qualquer medida sobre o assunto.
  - (C) tem o dever de denunciá-lo anonimamente perante a ouvidoria do órgão em que trabalha.
  - (D) deve se abster de tomar qualquer providência, em respeito ao princípio da hierarquia.
  - (E) deve representar contra o seu superior, levando a irregularidade ao conhecimento da autoridade.
70. É dever do servidor, diante de qualquer situação, verificar se há conflito com os princípios e diretrizes do Código de Ética dos Servidores do Estado do Espírito Santo, devendo questionar se: seu ato viola lei ou regulamento; seu ato é razoável e prioriza o interesse público; sentir-se-ia bem, caso sua conduta fosse tornada pública. No entanto, em caso de dúvida, o servidor deverá
- (A) pedir autorização por escrito para o seu chefe imediato antes de praticar o ato.
  - (B) consultar as respectivas comissões de ética.
  - (C) praticar o ato, com base no princípio da independência, assumindo a responsabilidade pelo resultado a ser obtido.
  - (D) pedir para outro servidor praticar o ato em seu lugar, alegando escusa de consciência.
  - (E) consultar a autoridade de mais alta hierarquia dentro do órgão em que trabalha.

